

## Perfil dos agentes de segurança penitenciária de cadeia pública feminina do Mato Grosso

### *Profile of correctional security officer of a public prison for women in Mato Grosso*

Carolina Picoloto<sup>1</sup>  
Paula Kathleen Demétrio Corsino<sup>1</sup>  
Vagner Ferreira do Nascimento<sup>1,2</sup>  
Thalise Yuri Hattori<sup>1</sup>  
Marina Atanaka<sup>1</sup>  
Ana Cláudia Pereira Terças<sup>1</sup>

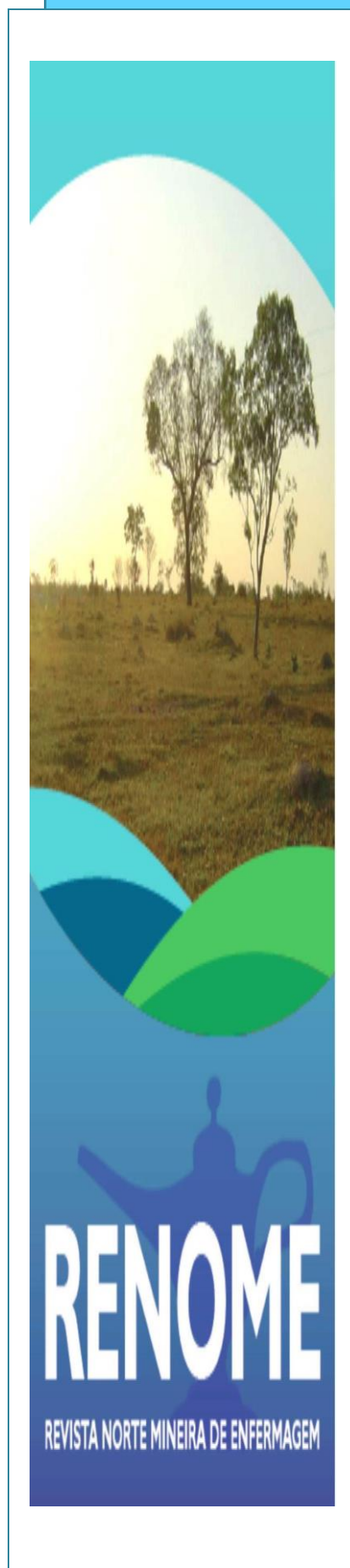
<sup>1</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso –  
UNEMAT/Campus Tangará da Serra.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

#### **Autor para correspondência:**

Carolina Picoloto  
Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Tangará da Serra  
Rua Benedito Pereira de Oliveira, 367w. Ap. 15. Centro.  
MT, Brasil  
CEP. 78300-000  
E-mail: caroolbpicoloto@gmail.com

**Resumo:** Objetivou-se descrever o perfil dos Agentes de Segurança Penitenciária de uma Cadeia Pública Feminina de Mato Grosso. Trata-se de um estudo transversal conduzido com a totalidade dos Agentes de Segurança de uma cadeia pública feminina de Mato Grosso. A coleta de dados foi realizada em outubro de 2016. Observou-se que a maioria dos trabalhadores era jovem; do sexo feminino; casados; com nível superior completo e renda mensal de cinco a seis salários mínimos, dados esses que superam o padrão no Brasil que predomina população com ensino fundamental e renda média de até três salários mínimos. Estavam atuando na função há menos de cinco anos e foi exaltada a necessidade de capacitação por 81,9% dos profissionais. As condições de atenção à saúde e trabalho desses profissionais são precárias e podem ser potencializadas pela falta de treinamentos e apoio, contribuindo para o aumento do estresse, falha nas atividades



profissionais e, conseqüente processo de adoecimento desses profissionais.

**Descritores:** Epidemiologia; Saúde do Trabalhador; Prisões.

**Abstract:** The aim of this study was to describe the profile of correctional security officers of a Public Prison for Women in Mato Grosso. This is a cross-sectional study conducted with all the security officers of a public prison for women in Mato Grosso. Data collection was performed in October 2016. It was observed that the majority of the workers were young; female; married; with a complete undergraduate education and monthly income of five to six minimum wages, data that surpass the standard in Brazil that has the major population with elementary education and average income of up to three minimum wages. They had been in work for less than five years and the need for professional training by 81.9% was highlighted. The health and work conditions of these professionals are precarious and may be potentiated by the lack of training and support, contributing to the increase of stress, failure in professional activities and, consequently, the process of sickness of these professionals.

**Descriptors:** Epidemiology; Worker's Health; Prisons.

## Introdução

O índice de crescimento da violência no Brasil tem aumentado nos últimos anos<sup>(1)</sup>, conseqüência dos reflexos de políticas de segurança implantadas de modo uniforme e isolado dos demais setores da sociedade<sup>(2)</sup>. Essa forma de guarnecimento da segurança pública repercute negativamente na resolutividade dos atentados e crimes cometidos, uma vez que o infrator é relacionado como um dano à sociedade que deve ser excluído, levado à prisão.

Assim, a detenção e o encarceramento, que deveriam ser uma das formas de punição, tornam-se a principal, ainda que o sistema penitenciário não tenha sido planejado nessa lógica de atendimento. Da mesma forma, a infraestrutura e ambiência desses locais constituem um cenário crítico para o adoecimento de reclusos e profissionais<sup>(3)</sup>.

Entre os profissionais desse setor, o Agente de Segurança Penitenciária (ASP), agente prisional ou agente penitenciário, é um dos cargos envolvidos nesse contexto de violência<sup>(4)</sup> e seu trabalho requer atividades de média complexidade e alto risco de vida, as quais envolvem planejamento, organização e execução de serviços de vigilância, custódia e segurança de infratores<sup>(5)</sup>. Trata-se, portanto, de um trabalho carregado de tensão, pressão e insegurança<sup>(3)</sup>, fatores

que influenciam na qualidade de vida e que podem desencadear distúrbios de várias ordens, tanto físicos quanto psicológicos<sup>(6)</sup>.

Ao analisar os aspectos laborais dessa categoria percebe-se a sua invisibilidade<sup>(7)</sup>, caracterizada pelas precárias condições de trabalho e saúde e, mesmo com esse cenário de atuação do agente prisional, são raros os estudos que se preocupam com seu perfil e saúde<sup>(4, 7-8)</sup>.

Dessa forma, o objetivo do estudo é descrever o perfil dos Agentes de Segurança Penitenciária de uma cadeia pública feminina no município da região Médio-Norte de Mato Grosso, a fim de ampliar os conhecimentos acerca dessa população e suscitar discussões que possibilitem a melhoria de sua qualidade de vida.

## Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico e transversal<sup>(9)</sup> sobre o perfil de Agentes Penitenciários de Cadeia Pública Feminina de um município da região Médio-Norte de Mato Grosso.

Essa instituição dispõe de cinco celas com capacidade para 80 presas, e havia 18 profissionais de segurança penitenciária lotados nesse setor. Desses, 16 (88,8%) participaram do estudo, os outros dois agentes não participaram em decorrência de estarem em férias regulamentares.

Os critérios de inclusão foram: ser agente penitenciário e aceitar participar do estudo voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada com um questionário semiestruturado, elaborado pelos próprios autores, contendo questões abertas e fechadas, aplicado individualmente em sala reservada, no próprio local de trabalho, com duração aproximada de 20 minutos por profissional. O período da coleta de dados aconteceu no mês de outubro de 2016, em quatro plantões diferentes a fim de abranger todos os profissionais atuantes.

Os dados foram sistematizados em planilhas eletrônicas e posteriormente importados e analisados no *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 20.0. As análises foram realizadas da forma descritiva utilizando as medidas de tendência central (média e mediana), de dispersão (desvio-padrão-DP e valores máximos e mínimos), frequências e porcentagem, e os resultados foram apresentados na forma de tabelas e figuras.

O presente estudo seguiu todas as normas vigentes quanto aos aspectos éticos e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade do Estado de Mato Grosso (CEP/UNEMAT), sob CAAE: 50417815.8.0000.5166 e parecer nº 1.457.621/2016.

## Resultados

Os aspectos socioeconômicos dos Agentes de Segurança Penitenciária foram os seguintes: a maioria encontrava-se na faixa etária de 28 a 33 anos (43,8%); do sexo feminino (62,5%); raça/cor parda (68,8%); casadas; com ensino superior completo e renda de 5-6 salários mínimos (Tabela 1).

A idade dos ASP variou de 28 a 44 anos com média de 36,4 anos e predomínio da faixa etária de 28 a 33 anos, demonstrando uma população jovem que está se inserindo no mercado de trabalho, neste caso através de concurso público já que se tratam de profissionais de carreira em sua totalidade.

A presença de profissionais do sexo masculino em exercício no atendimento a mulheres privadas da liberdade é presente em nosso estudo, porém em minoria (37,5%), no entanto reflete a necessidade de organização por parte da gestão geral em ofertar concurso público para mulheres, já que a legislação estabelece que reeducandas em sistema fechado devam ser atendidas apenas por mulheres.

Existe um predomínio de profissionais casados (56,3%) e se somado aos que possuem união estável (18,7%), atingem a grande maioria, representando a característica da faixa etária de adultos jovens com estabilidade profissional e financeira, constituindo família.

A alta escolaridade aqui descrita é considerada como um fator importante, pois o requisito para o concurso em que ingressaram era possuir ensino médio completo, no entanto esses profissionais buscaram e estão buscando qualificação, já que 68,8% já possuem nível superior e 18,7% estão cursando alguma graduação.

O nível de escolaridade dos profissionais supracitados reflete na renda mensal destes profissionais, em que 50% tinham renda entre 5 a 6 salários mínimos, e os profissionais com mais de 6 salários mínimos representavam 31,3%, ambos acima da média salarial brasileira.

**Tabela 1 - Aspectos socioeconômicos dos Agentes de Segurança Penitenciária da cadeia pública feminina em município da região Médio-Norte de Mato Grosso, Brasil, 2016**

Variáveis	Resultados	
	N	%
<b>Faixa etária (anos)</b>		
28-33	7	43,8%
34-38	5	31,2%
39-43	3	18,7%
Mais de 44	1	6,3%
<b>Sexo</b>		
Feminino	10	62,5%
Masculino	6	37,5%
<b>Raça/Cor</b>		

Branca	3	18,7%
Parda	11	68,8%
Negra	2	12,5%
<b>Estado civil</b>		
Solteiro	4	25,0%
Casado	9	56,3%
União estável	3	18,7%
<b>Nível de escolaridade</b>		
Ensino Médio Incompleto	2	12,5%
Ensino Superior Completo	11	68,8%
Ensino Superior Incompleto	3	18,7%
<b>Renda Mensal</b>		
3-4 salários mínimos*	3	18,7%
5-6 salários mínimos	8	50,0%
Mais de 6 salários mínimos	5	31,3%

\*Considerou-se 1 salário mínimo equivalente a R\$880,00.

Em contrapartida, a escolaridade dos pais destes agentes foi baixa, pois cerca de 56,3% relataram que a escolaridade do pai era ensino fundamental incompleto e da mãe 50% era ensino fundamental.

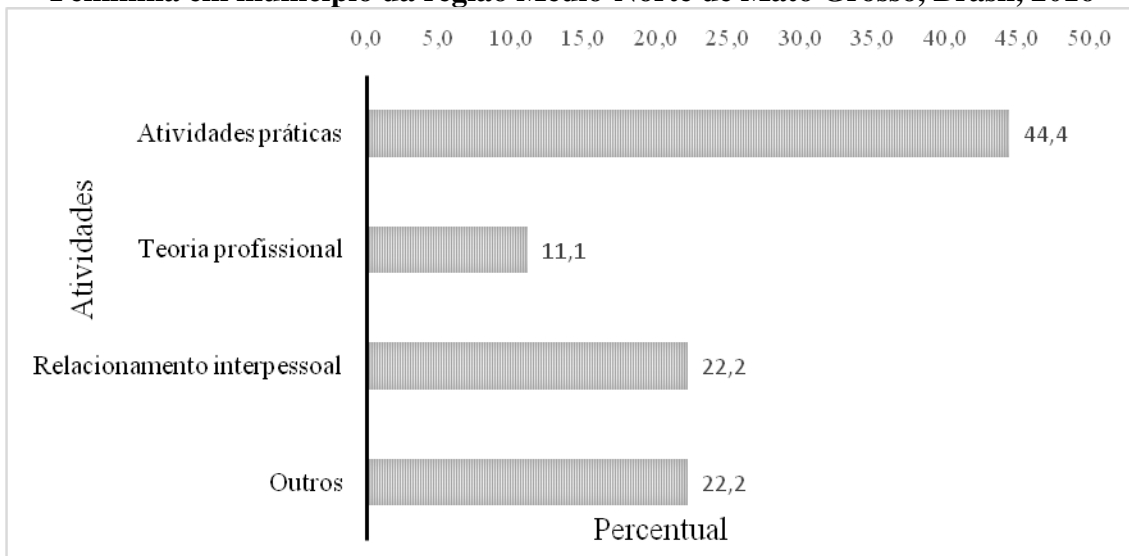
Entre os profissionais, 87,5% afirmaram possuir casa própria, com água encanada. Na moradia dos ASP, 87,5% tinham acesso à água encanada e 81,3% do descarte dos dejetos era realizado em fossa séptica.

O relato de aspectos religiosos e crenças esteve presente em todos os profissionais, porém o predomínio foi de cristãos católicos (56,3%).

Quando questionados a respeito das atividades desenvolvidas na instituição todos relataram realizar atividades voltadas à segurança e à educação e afirmaram manter bom relacionamento com a equipe de trabalho. A grande maioria (93,8%) descrevem o acesso a treinamentos após o ingresso na carreira, ou seja, após a aprovação no concurso público tiveram treinamento específico em segurança, no entanto, 81,9% relataram que gostariam de receber outros cursos voltados às necessidades da profissão que desempenham e não somente ao ingressar na carreira.

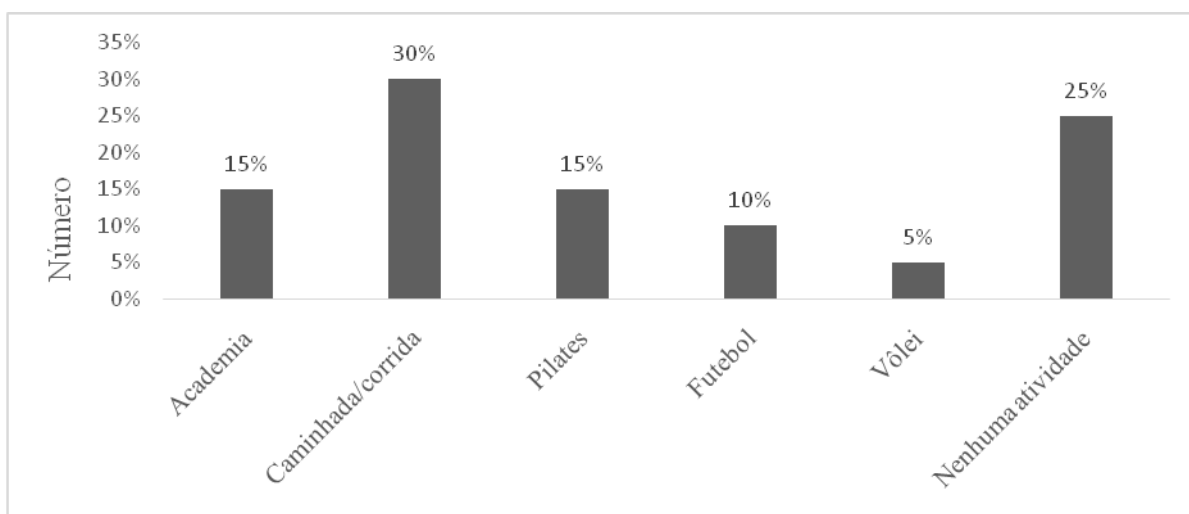
Nesse sentido, foi majoritária a solicitação por cursos voltados às atividades práticas do cotidiano profissional (44,4%), essas demandas estão descritas na Figura 1.

**Figura 1 - Cursos requeridos pelos Agentes de Segurança Penitenciária da Cadeia Pública Feminina em município da região Médio-Norte de Mato Grosso, Brasil, 2016**



Considerando que a saúde é primordial em todas as áreas da vida e principalmente no trabalho, pois perpassa o bem estar e contempla inúmeros fatores da qualidade de vida, os profissionais foram questionados sobre como consideravam sua saúde no dia da entrevista e 75% relatou estarem sentindo saudáveis e que buscam anualmente realizarem consultas e exames com foco na prevenção de doenças. Neste mesmo cenário questionamos sobre o lazer e prática de exercício físico e (68,8%) realizam atividade física de forma rotineira nos dias de folga como apresentado na Figura 2. Sendo predominante a caminhada, seguida de pilates, academia, futebol e vôlei.

**Figura 2 - Atividades físicas realizadas pelos Agentes de Segurança Penitenciária de Cadeia Pública Feminina em município da região Médio-Norte de Mato Grosso, Brasil, 2016.**



Os municípios não dispõem de serviços de saúde que atendam essa unidade prisional, pois como o número de reeducandas não supera o mínimo preconizado para a instalação de equipe de saúde prisional, a responsabilidade tanto pelas mulheres privadas de liberdade, como pela equipe na atenção à saúde, que inclui promoção e prevenção seria de âmbito municipal. Neste sentido os ASP quando questionados sobre como acessam os serviços de saúde, 44,1% relataram buscar atendimento de suas necessidades em serviços particulares através da contratação de plano de saúde suplementar, porém 55,9% utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS).

## Discussão

A presença de profissionais jovens foi comum aos reportado na literatura brasileira<sup>(7-8, 10-11)</sup>, contudo, diferentemente dos achados de Bonez, Moro e Sehnem<sup>(4)</sup>, que identificaram uma faixa etária mais elevada, justificada pela ocupação das vagas por policiais militares já aposentados.

Na variável sexo percebe-se o predomínio dos homens entre os agentes penitenciários em todo território nacional, devido maior prevalência de detentos do sexo masculino<sup>(11)</sup>. A prevalência de maior quantitativo de mulheres no serviço penitenciário estudado se justifica pela Lei de Execução Penal que determina que as reclusas do sexo feminino devam ser exclusivamente assistidas por agentes do mesmo sexo. No entanto, ainda é observada a presença de homens nessa instituição de Mato Grosso.

O predomínio da raça cor parda em nosso estudo pode estar relacionado com as características da constituição racial da população do estado. O censo realizado pelo IBGE em 2010 reafirma a constituição racial do estado de Mato Grosso, pois foi identificado que 52% da população se autodeclarou como pertencente à raça/cor parda<sup>(12)</sup>.

Pesquisa realizada por Bonez, Moro e Sehnem<sup>(4)</sup> também destacou predomínio de profissionais com nível superior e/ou cursando, demonstrando um alto nível de escolaridade dos mesmos. O baixo nível de escolaridade dos pais pode interferir diretamente na continuidade dos estudos dos filhos<sup>(13)</sup>, contudo, no presente estudo esse fator não foi representativo, já que esses profissionais superaram a formação educacional de seus pais.

A renda familiar dos ASP está acima da média brasileira e associada à alta escolaridade encontrada (68,8% possuem ensino superior completo e 18,8% ensino superior incompleto). Tal dado pode justificar a renda mensal elevada desses profissionais, pois segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a renda média nacional é de até 3 salários mínimos, entretanto em estudo similar conduzido no Brasil foram encontrados dados diferentes em relação à renda, com predomínio maior da baixa renda dentre esses profissionais, ou seja abaixo de um salário mínimo<sup>(4)</sup>.

A religiosidade dos ASP é similar à descrita por Lourenço<sup>(6)</sup>, em que 51,6% dos agentes eram de religião católica, fato que reflete o perfil nacional em que catolicismo e protestantismo abarcam 90% da população<sup>(14)</sup> como reflexo da colonização portuguesa e predomínio do catolicismo<sup>(6,14)</sup>.

O saneamento básico é composto por um conjunto de atividades que se relacionam com o tratamento de água e esgoto, coleta de lixo e práticas de higiene, estes que influenciam diretamente na qualidade de vida<sup>(15)</sup>. A moradia dos ASP, em sua maioria (87,5%) é própria, com água encanada e 93,8% residem com a família, a qual é composta por companheiro(a) e filhos(as). O acesso à infraestrutura básica pode estar relacionado às características do município em estudo, que conta com 100% rede de abastecimento de água, manejo de água pluvial e rede de esgoto. No entanto, apenas 25% das ruas são pavimentadas<sup>(16)</sup>.

O bom relacionamento com a equipe de trabalho é essencial e foi relatado como ponto positivo dentre os profissionais entrevistados, em se tratando dos ASP é primordial que esse ambiente seja estimulante para o desenvolvimento de sua identidade pessoal e social quanto para o desenvolvimento de laços afetivos, através dos quais são estabelecidas a segurança e autonomia pessoal<sup>(17)</sup>. O trabalho do agente penitenciário consiste em além de exercer a função de segurança, saber também se relacionar com outras pessoas inseridas nesse ambiente como os colegas de trabalho, internas e familiares<sup>(7)</sup>.

Possibilitar que esse ambiente laboral seja harmonioso e cooperativo é um desafio, Tschiedel e Monteiro<sup>(7)</sup> ressaltam como pontos limitantes as dificuldades no relacionamento interpessoal na equipe e as desfavoráveis condições de trabalho, além do estresse ocupacional que o ambiente prisional ocasiona.

Como o perfil socioeconômico dos ASP era composto por profissionais jovens, com idade predominante entre 28 e 33 anos, o tempo de trabalho foi considerado relativamente baixo, visto que 75% tinham menos de 5 anos de função, achados esses similares com as descrições em outras regiões do país<sup>(4,6)</sup>.

Entre as atividades do ASP estão: a prestação de serviço junto ao setor de segurança, que inclui as funções de planejar, organizar e executar os serviços de vigilância, custódia e segurança de infratores nas dependências da instituição prisional; além da execução de programas e ações de apoio ao tratamento penal para a socialização do detento<sup>(11,18)</sup>.

Para que essas atividades sejam efetivas é necessário um arcabouço de ações e suporte ao trabalho do ASP. Observa-se que a falta de capacitação é ponto chave nesse processo, já que o tempo de preparo é restrito quando comparado aos policiais militares<sup>(19)</sup>. Destaca-se, ainda, a escassez de educação continuada, que juntas podem contribuir para comportamentos contraditórios e até mesmo violentos.



A educação continuada é um processo permanente que busca alternativas e soluções para os problemas de saúde reais vivenciados pelas pessoas e grupos em suas realidades. Neste contexto, a instituição que propõe essa atividade contribuirá para a qualidade da prática diária dos profissionais<sup>(20)</sup>. No presídio, a motivação se torna importante para os agentes, pois esses não realizam somente a segurança do interno, mas sim de toda a sociedade<sup>(21-22)</sup>.

Nesse cenário, o agente penitenciário é o personagem principal, pois atua direta e cotidianamente nas ações de educação e preparo para a reinserção social, devendo estar motivado e preparado para executar com excelência suas atividades<sup>(21)</sup>. Essa necessidade foi expressa pelos ASP de Mato Grosso como estratégia para superar as precárias condições de trabalho no sistema carcerário e a invisibilidade que vivenciam.

O elemento mais crítico causador do estresse nos agentes é a falta de controle no trabalho, bem como a responsabilidade de manter a ordem na prisão. Dessa forma, o adoecimento e o estresse podem surgir das dificuldades que os agentes enfrentam diariamente<sup>(19)</sup>.

Estudos acerca da saúde psicológica e metabólica dos trabalhadores carcerários revelaram os impactos exercidos pelo ambiente de trabalho e suas tarefas na qualidade de vida, sendo expressa claramente a insatisfação quanto às condições de trabalho<sup>(3, 7-8)</sup>, além de descreverem que o estresse ocupacional sofrido está impactando sua saúde mental<sup>(4, 10-11)</sup>.

A depressão, síndrome do pânico e fobias são fatores que decorrem do estresse ocupacional do cotidiano dos ASP, que ocasionam alterações metabólicas, risco de doenças cardiovasculares, particularmente as coronarianas e hipertensão<sup>(23)</sup>.

O exercício físico foi apontado como uma estratégia imprescindível de busca pela saúde dos ASP de Mato Grosso. Trata-se de uma importante atividade, pois atua como uma opção primordial na melhoria do bem-estar, na promoção da saúde e no alívio do estresse diário<sup>(11, 24)</sup> devido ao estímulo da liberação de serotonina e norepinefrina, proporcionando um controle maior do transtorno de humor<sup>(24)</sup>.

No entanto, 25% desses profissionais não realizavam nenhuma atividade física, estando assim expostos a diferentes condicionantes que influenciam no processo saúde doença. Ferreira, Menezes e Dias<sup>(11)</sup> destacam que os ASP sedentários tinham maiores alterações metabólicas, pois os parâmetros de pressão arterial, índice de massa corporal, circunferência da cintura e glicemia estavam alterados. O sedentarismo, associado a outros fatores como alimentação inadequada e elevados níveis de estresse, favorecem o risco de desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas, tornando-se um problema de saúde pública.

Ressalta-se, ainda, que o município possui Estratégia Saúde da Família (ESF) que realiza a cobertura da área geográfica onde se encontra a instituição. No entanto, esse serviço só atende a comunidade carcerária quando são procurados por livre demanda, não existindo, portanto, ações de

promoção e prevenção à saúde dessa população. Assim, quando existe demanda de atendimento, buscam os serviços de saúde próximos ao local de residência ou serviço de urgência e emergência quando estão de plantão sendo direcionados para a UPA, sendo a saúde focada na assistência e não nas ações de promoção e prevenção.

Na percepção desses profissionais fica explícito que eles consideram que existe uma dificuldade de acesso aos serviços, sejam eles públicos ou privados. Souza et al.<sup>25</sup> mostram que essa realidade de difícil acesso à exames e consultas especializadas, além da dificuldade em agendamento e falta de humanização no primeiro contato é realidade em todo o país.

Mais uma vez, esse cenário apenas enfatiza a invisibilidade e maior vulnerabilidade dos grupos que vivenciam o ambiente penitenciário em seu cotidiano, tanto das detentas como dos profissionais, já que a equipe de ESF da área não insere esta instituição em suas ações de promoção a saúde, considerando-a como não integrante do território, ofertando apenas serviços de assistência quando a demanda parte da instituição em horário de funcionamento, pois em caso contrário buscam o SAMU ou o serviço hospitalar.

## **Conclusão**

Os aspectos socioeconômicos dos Agentes de Segurança Penitenciária foram os seguintes: a maioria encontrava-se na faixa etária de 28 a 33 anos; do sexo feminino; raça\cor parda; casadas; com ensino superior completo; e renda de 5-6 salários mínimos. O tempo na função foi baixo, com predomínio de atuação há menos de 5 anos, além da necessidade de capacitação ser explicitada pela maioria dos profissionais.

A busca por capacitação é vista como uma estratégia para superar as fragilidades a que estão expostos no cotidiano estressante que são os ambientes prisionais. A escassez de treinamentos pode contribuir para o estresse, falha nas atividades profissionais e, conseqüentemente, no processo de adoecimento. Neste sentido, torna-se primordial a discussão acerca da implantação de ações de educação continuada nos serviços que visem promover além da qualidade de trabalho, a qualidade de vida desses agentes de segurança.

As limitações do estudo estão na impossibilidade de estender os achados a todos os agentes do país, mas espera-se que o conhecimento sobre o seu perfil possibilite reflexões sobre as condições de vida desses profissionais e, principalmente, sobre as influências do ambiente de trabalho em seu cotidiano.

## Referências

1. Fernandes LH, Alvarenga CW, Santos LLD, Pazin FA. The need to improve health care in prisons. *Rev. Saúde Pública.* 2014; 48(2):275-283. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048004934>>.
2. Ballesteros PR. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. *Rev. Bras. Secur. Pública.* 2014; 8(1):6-22. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000100007>>.
3. Jaskowiak CR, Fontana RT. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Rev Bras Enferm.* 2015; 68(2):235-243. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680208i>>.
4. Bonez A, Moro ED, Sehnem SB. Saúde mental de agente penitenciários de um presídio catarinense. *Psicol. Argum.* 2013; 31(74):507-517. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.31.074.AO05>>.
5. Brasil. Lei complementar nº 13.259, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.259.pdf>>.
6. Lourenço LC. Batendo a tranca: impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social.* 2010; 3(10):11-31. Disponível em: <<https://revistas.ufjf.br/index.php/dilemas/article/view/7181/5760>>.
7. Tschiedel RM, Monteiro JK. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estud. Psicol.* 2013; 18(3):527-535. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300013>>.
8. Alves V, Binder MCP. Trabalhar em penitenciárias: violência referida pelos trabalhadores e (in)satisfação no trabalho. *Rev. bras. Saúde ocup.* 2014; 39(129):50-62. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0303-7657000066712>>.
9. Medronho R. *Epidemiologia.* São Paulo: Atheneu; 2009.

10. Costa MB, Guércio NMS, Costa HDFC, Oliveira MME, Alvez MJM. Possível relação entre estresse ocupacional e síndrome metabólica. *HU Revista*. 2011; 3(1):87-93. Disponível em: <<http://hurevista.ufjf.emnuvens.com.br/hurevista/article/view/1269/529>>.
11. Ferreira REB, Menezes LC, Dias JC. Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG. *RevBrasAtivFis e Saúde*. 2012; 17(1):57-63. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/529/528>>.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados populacionais: raciais de Mato Grosso. IBGE cidades. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/23/24304?detalhes=true>>.
13. Freire HB, Roazzi A, Roazzi MM. O nível de escolaridade dos pais influencia na permanência dos filhos na escola? *R Est InvPsico y Educ*. 2015; 2(1):35-40. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17979/reipe.2015.2.1.721>>.
14. Sousa RF. Religiosidade no Brasil. *Est. av.* 2013; 27(79):285-288. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v27n79/v27n79a22.pdf>>.
15. Costa CCD, Guilhoto JJM. Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. *EngSanitAmbient*. 2014; Ed. Esp.:51-60. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-41522014019010000171>>.
16. IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510795&idtema=20&search=mato-grosso|tangara-da-serra|pesquisa-nacional-de-saneamento-basico-2008>>.
17. Morin EM. Os sentidos do Trabalho. *Revista de Administração de Empresas*. 2001; 41(3):8-19. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000300002>>.
18. Lei complementar nº 13.259, de 20 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.259.pdf>>.

19. Campos JC, Sousa RR. O adoecimento psíquico do agente penitenciário e o sistema prisional: estudo de caso - Sete Lagoas. In: XXXV ENCONTRO DA ANPAD: Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração-ANPAD. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2011/GPR/2011\\_GPR1760.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2011/GPR/2011_GPR1760.pdf)>
20. Farah BF. Educação em serviço, educação continuada, educação permanente em saúde: sinônimos ou diferentes concepções. Revista APS. 2003; 6(2):123-5. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Tribuna.pdf>>.
21. Rocha ER. A motivação do agente penitenciário para o trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional) - Universidade Federal do Paraná; 2003. Disponível em: <[http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia\\_edinilson.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_edinilson.pdf)>.
22. Fernandes ALC, Sousa VLD, Bezerra ALD, Suárez LAB, Mazzaro VDM, Andrade M, et al. Qualidade de vida e estresse ocupacional em trabalhadores de presídio. Revista Produção Online. 2016; 16(1):263-277. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n4/07.pdf>>.
23. Duarte CL. O papel do agente prisional na ressocialização do preso. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública) -Centro de estudo de criminalidade e segurança pública (CRISP): Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9BDHFJ/monografiacassio2\\_1\\_.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9BDHFJ/monografiacassio2_1_.pdf?sequence=1)>.
24. Ferreira AM. Influência da prática de exercícios físicos no estresse. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Musculação e Personal Training) -Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <[www.ceafi.com.br/publicacoes/download/a9ec142d2f5e2d8980e53c891e5066745](http://www.ceafi.com.br/publicacoes/download/a9ec142d2f5e2d8980e53c891e5066745)>.
25. Souza ECF, Vilar RLA, Rocha NSPD, Uchoa AC, Rocha PM. Acesso e acolhimento na atenção básica: uma análise da percepção dos usuários e profissionais de saúde. Cad Saúde Pública. 2008; 24(Supl. 1):100-10. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/v24s1/15.pdf>>.